

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A e empresas controladas C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os comentários aqui apresentados, exceto quando destacados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

a) Contexto Geral Assim como desde o início do período pandêmico em 2020, o ano de 2021 apresentou desafios intensos, especialmente em vista dos impactos econômicos que a pandemia vem causando sobre o mercado como um todo. O CCB Brasil vem realizando um extenso trabalho, visando melhorar os processos e metodologias de trabalho para se adequar a este cenário desafiador.

O contexto vivo durante o ano de 2021 propiciou importantes decisões para seguir as diretrizes do Banco, que seu de encontro às medidas das autoridades de saúde nacionais e internacionais. Ressalta-se entre elas os cuidados com a saúde dos funcionários e seus familiares, colaboradores e parceiros, bem como a manutenção das atividades e dos procedimentos operacionais do CCB Brasil, além de sustentar o apoio aos clientes, visando o melhor resultado a todos.

b) Impacto nos negócios do exercício de 2021 Diante dos desafios gerados no ano, houve a manutenção da estratégia de reforçar a carteira de crédito, sem deixar de apoiar nossos clientes. Desta forma, diretrizes de desempenho para os clientes foram adaptadas e utilizadas intensamente em 2021, alinhadas ao intenso monitoramento da carteira de crédito. Com isso, a qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias (que representa 88,6% da carteira de crédito) contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado.

O CCB Brasil adotou uma série de medidas nesse período visando minimizar os efeitos negativos da crise oriunda da pandemia. Dentre elas estão a realização de comitês de créditos frequentes e monitoramento constante de todos os clientes; manutenção dos critérios mais restritivos para concessão de novos créditos já adotados no início da pandemia; avaliação mais detalhada dos setores econômicos mais relevantes dos clientes da carteira de crédito, com divulgação através de relatórios às áreas de negócio do banco; além de seguir as diretrizes de órgãos reguladores e do Head Office.

O CCB Brasil manteve uma postura conservadora, com os critérios adotados no começo da pandemia, continuando com o patamar de idade máxima do cliente para concessão de crédito consignado (que foi reduzido no período pandêmico), além das periódicas revisões e adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de NPL (non performing loans) compostos pela carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa. A carteira consolidada em 31 de dezembro de 2021 apresentou 4,1% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2020 4,9%.

Desempenho do Exercício

O ano de 2021 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do segundo semestre de 2021, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.402,4 milhões, decréscimo de 0,2% na comparação com o ano precedente de 2020. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 95,9% do total da carteira (95,1% em dezembro 2020).

Em relação ao Funding, observamos uma redução de 10,5% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.112,5 milhões, redução de 8,0% ante o ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCzEs, LFs e LCIs, foram R\$ 544,6 milhões, decréscimo de 21,4% na comparação com 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Matriz representava 30,1% (29,2% em 2020) da captação total de R\$ 15.232,3 milhões composta por captações no mercado, obrigações por empréstimos e repasses e instrumentos de dívida elegíveis a capital. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente às condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados. O resultado bruto da intermediação financeira consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$ 428,6 milhões, decréscimo ante o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 543,5 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 285,4 milhões, acréscimo de 5,2% na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O prejuízo líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6,1 milhões (2020 - prejuízo R\$ 475,9 milhões)

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado alcançou R\$ 1.107,2 milhões e o índice de Basileia era de 16,05%.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou 2021 com 343 funcionários e nove pontos de atendimento.

Considerações Finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição. (Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2022).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) - Table with columns for Nota, Banco (31/12/2021, 31/12/2020), Consolidado (31/12/2021, 31/12/2020) for ATIVO and PASSIVO.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) - Table with columns for Capital Social, Ações em tesouraria, Reservas de capital, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) - Table with columns for Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Ajustes ao Resultado, Lucro Ajustado, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) - Table with columns for Receitas da Intermediação Financeira, Despesas da Intermediação Financeira, Resultado Operacional, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) - Table with columns for Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercícios, etc.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., ("CCB Brasil"), sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding - Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediada na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio. Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfating. 2. Apresentação das demonstrações contábeis a) Apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluem a dependência no exterior, e as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 2). Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022. b) Demonstrações contábeis consolidadas Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas do grupo foram eliminados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou a preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta do vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda
Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

i) Participação societária
As participações societárias, nas demonstrações contábeis individuais, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Ativos e obrigações fiscais
O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a Lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%. O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados considerando a alíquota vigente na data da sua realização.

A partir de julho de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social das instituições financeiras foi majorada em 5% até 31 de dezembro de 2021.

k) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

• **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
• **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda com provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
• **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m) Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Disponibilidades | 348.045 | 168.495 | 348.220 | 168.559 |
| Aplicações no mercado aberto | 1.499.994 | 733.997 | 1.499.994 | 733.997 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 155.809 | - | - | - |
| Aplicações em moedas estrangeiras | - | 148.362 | - | 148.362 |
| Total | 2.003.848 | 1.050.854 | 1.848.214 | 1.050.918 |

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Aplicações no mercado aberto | 1.499.994 | 733.997 | 1.499.994 | 733.997 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 159.413 | 381.387 | 3.603 | 5.531 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | - | 148.362 | - | 148.362 |
| Total | 1.659.407 | 1.263.746 | 1.503.597 | 887.890 |

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|----------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Circulante | 1.659.407 | 1.262.638 | 1.503.597 | 886.782 |
| Não circulante | - | 1.108 | - | 1.108 |
| Total | 1.659.407 | 1.263.746 | 1.503.597 | 887.890 |

6. Títulos e valores mobiliários
a) Política de atuação
Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

| | 31/12/2021 | | | | |
|--|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 90 dias | 91 a 360 dias | Total Circulante | Não circulante | Total contábil |
| Títulos disponíveis para venda | 633.462 | 1.189.617 | 1.823.079 | 2.141.691 | 3.964.770 |
| Carteira própria (*) | 50.666 | 15.732 | 66.398 | 241.447 | 307.845 |
| Letras Financeiras Tesouro | 50.666 | 15.732 | 66.398 | 241.447 | 307.845 |
| Vinculados a operações compromissadas | 356.738 | 1.071.050 | 1.427.788 | 1.806.565 | 3.234.353 |
| Letras Financeiras Tesouro | 356.738 | 1.071.050 | 1.427.788 | 1.806.565 | 3.234.353 |
| Vinculados a prestação de garantias (**) | 226.058 | 102.835 | 328.893 | 93.679 | 422.572 |
| Letras Financeiras Tesouro | 226.058 | 102.835 | 328.893 | 93.679 | 422.572 |
| Títulos mantidos até o vencimento | - | - | - | 91.583 | 91.583 |
| Carteira própria | - | - | - | 91.583 | 91.583 |
| Cotas - FIDC | - | - | - | 91.583 | 91.583 |
| Total | 633.462 | 1.189.617 | 1.823.079 | 2.233.274 | 4.056.353 |

| | 31/12/2020 | | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 90 dias | 91 a 360 dias | Total Circulante | Não circulante | Total contábil |
| Títulos disponíveis para venda | 398.526 | 611.054 | 1.009.580 | 3.791.369 | 4.800.949 |
| Carteira própria (*) | 8.456 | 58.347 | 66.803 | 869.818 | 936.621 |
| Letras Financeiras Tesouro | 8.456 | 58.347 | 66.803 | 869.818 | 936.621 |
| Vinculados a operações compromissadas | 390.070 | 281.757 | 671.827 | 2.868.031 | 3.539.858 |
| Letras Financeiras Tesouro | 390.070 | 281.757 | 671.827 | 2.868.031 | 3.539.858 |
| Vinculados a prestação de garantias (**) | - | 270.950 | 270.950 | 53.520 | 324.470 |
| Letras Financeiras Tesouro | - | 270.950 | 270.950 | 53.520 | 324.470 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Carteira própria | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Cotas - FIDC | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Total | 482.200 | 611.054 | 1.093.254 | 3.791.369 | 4.884.623 |

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.
(**) O saldo contábil inclui R\$ 421.438 no Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 651 no Banco e no Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 483 no Banco e Consolidado referente a outras garantias.

| | 31/12/2020 | | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 90 dias | 91 a 360 dias | Total Circulante | Não circulante | Total contábil |
| Títulos disponíveis para venda | 398.526 | 611.054 | 1.009.580 | 3.791.369 | 4.800.949 |
| Carteira própria (*) | 8.456 | 58.347 | 66.803 | 869.818 | 936.621 |
| Letras Financeiras Tesouro | 8.456 | 58.347 | 66.803 | 869.818 | 936.621 |
| Vinculados a operações compromissadas | 390.070 | 281.757 | 671.827 | 2.868.031 | 3.539.858 |
| Letras Financeiras Tesouro | 390.070 | 281.757 | 671.827 | 2.868.031 | 3.539.858 |
| Vinculados a prestação de garantias (**) | - | 270.950 | 270.950 | 53.520 | 324.470 |
| Letras Financeiras Tesouro | - | 270.950 | 270.950 | 53.520 | 324.470 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Carteira própria | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Cotas - FIDC | 83.674 | - | 83.674 | 83.674 | 83.674 |
| Total | 482.200 | 611.054 | 1.093.254 | 3.791.369 | 4.884.623 |

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.
(**) O saldo contábil inclui R\$ 321.890 no Banco e Consolidado referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 2.118 no Banco e Consolidado referente a processos judiciais e R\$ 462 referente a outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador do Fundo.
O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo Administrador do Fundo.

7. Carteira de instrumentos financeiros derivativos
a) Política de utilização
Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais
O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *hedging* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas
O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco
O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro 2021 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado
Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:
• **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
• **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores
Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN. Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2021), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 apresentam as seguintes características:

| | BANCO | | CONSOLIDADO | | Valor de referência | | Total |
|----------------------------------|--|----------------|-----------------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------|
| | Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos) | | | | Total Circulante | Não circulante | |
| | Circulante | Não circulante | Diferencial a receber | Diferencial a pagar | | | |
| Contratos de Swap | | | | | | | |
| Compra - Mercado Interfinanceiro | 1.829 | 7.842 | 9.671 | 18.224 | 10.100 | 28.324 | 635.036 |
| Moeda Estrangeira | 1.798 | 5.758 | 7.556 | 208 | 2.775 | 2.983 | (19.089) |
| Pré | 511 | - | 511 | 1.054 | - | 1.054 | 7.004 |
| Subtotal | 4.138 | 13.600 | 17.738 | 19.486 | 12.875 | 32.361 | - |
| Ajuste ao Valor de Mercado | 831 | 7.154 | 7.985 | 450 | (1.752) | (1.302) | - |
| Total | 4.969 | 20.754 | 25.723 | 19.936 | 11.123 | 31.059 | - |
| Contratos de Termo/NDF | | | | | | | |
| Compra de Termo/NDF | 7.670 | 7.566 | 15.236 | 5.676 | 227 | 5.903 | 326.065 |
| Venda de Termo/NDF | 5.271 | - | 5.271 | 921 | - | 921 | 314.339 |
| Subtotal | 12.941 | 7.566 | 20.507 | 6.597 | 227 | 6.824 | - |
| Total | 17.910 | 28.320 | 46.230 | 26.533 | 11.350 | 37.883 | - |
| Contratos Futuros (*) | | | | | | | |
| Compra - Mercado Interfinanceiro | 113 | - | 113 | - | - | - | 61.795 |
| Venda - Mercado Interfinanceiro | - | - | - | 400 | 400 | (169.382) | (318.886) |
| Compra - DDI - Cupom Cambial | - | - | - | 64.507 | 64.507 | 568.485 | 2.271.652 |
| Compra - DDI - Cupom Cambial | 3.568 | - | 3.568 | - | - | - | (252.621) |
| Compra - Moeda Estrangeira | 43 | - | 43 | 19.003 | - | 19.003 | (922.168) |
| Venda - Moeda Estrangeira | 64.714 | - | 64.714 | - | - | - | (3.148.812) |
| Total | 68.438 | - | 68.438 | 83.910 | - | 83.910 | - |

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (nota 20).

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes características:

| | BANCO | | CONSOLIDADO | | Valor de referência | | Total |
|----------------------------------|--|----------------|-----------------------|---------------------|---------------------|----------------|----------|
| | Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos) | | | | Total Circulante | Não circulante | |
| | Circulante | Não circulante | Diferencial a receber | Diferencial a pagar | | | |
| Contratos de Swap | | | | | | | |
| Compra - Mercado Interfinanceiro | 3.047 | 3.051 | 6.098 | 8 | 872 | 880 | 75.048 |
| Moeda Estrangeira | 31.256 | 39.367 | 70.623 | 16.312 | 34.000 | 50.312 | (89.040) |
| Pré | 827 | - | 827 | - | - | - | 13.992 |
| Subtotal | 35.130 | 42.418 | 77.548 | 16.320 | 34.872 | 51.192 | - |
| Ajuste ao Valor de Mercado | 962 | 2.336 | 3.298 | (826) | 1.498 | 672 | - |
| Total | 36.092 | 44.754 | 80.846 | 15.494 | 36.370 | 51.864 | - |
| Contratos de Termo/NDF | | | | | | | |
| Compra de Termo/NDF | 10.674 | 1.782 | 12.456 | 28.647 | 1.018 | 29.665 | 312.111 |
| Venda de Termo/NDF | 5.268 | - | 5.268 | 704 | - | 704 | 315.265 |
| Subtotal | 15.942 | 1.782 | 17.724 | 29.351 | 1.018 | 30.369 | - |
| Total | 52.034 | 46.536 | 98.570 | 44.845 | 37.388 | 82.233 | - |
| Contratos Futuros (*) | | | | | | | |
| Compra - Mercado Interfinanceiro | 42 | - | 42 | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Ativos não financeiros mantidos para venda

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Imóveis | 212.790 | 292.825 | 215.430 | 295.465 |
| Máquinas e equipamentos | 15.683 | 16.808 | 15.810 | 17.053 |
| Veículos e afins | 1.033 | 1.230 | 2.578 | 5.542 |
| Outros | 598 | 624 | 597 | 624 |
| Subtotal | 230.104 | 311.487 | 234.415 | 318.684 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (119.223) | (142.343) | (121.903) | (146.736) |
| Total | 110.881 | 169.144 | 112.512 | 171.948 |

13. Participações societárias

As principais informações das sociedades em que o Banco possui participação direta, são assim demonstradas:

| Nome da empresa | Número ações/ cotas possuídas | % participação | Resultado de | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------------------------|----------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | | Patrimônio líquido | Lucro/(prejuízo) líquido | Equivalência patrimonial | Valor contábil investimentos | Valor contábil investimentos |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. | 180.920.168 | 100% | 271.381 | 5.427 | 5.427 | 271.381 | 267.243 |
| CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 14.223.228 | 100% | 21.302 | 307 | 307 | 21.302 | 21.068 |
| CCB Brasil Informática S.A. | 75.000 | 100% | 783 | 3 | 3 | 780 | 780 |
| CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. | 3.670.000 | 100% | 5.709 | (2.276) | (2.276) | 5.709 | 7.985 |
| CCB Brasil S.A. - CFI | 116.405.774 | 100% | 52.638 | 15.004 | 15.004 | 52.638 | 37.634 |
| CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. | 1.354.000 | 1,67% | 1.694 | 33 | 1 | 29 | - |
| CCB Brasil Cobrança Ltda. | 110.402.810 | 3,75% | 34 | (22) | (1) | 1 | - |
| Subtotal | | | | | | 351.843 | 334.710 |
| Brasifactors S.A. (*) | 62.931 | 50% | (4.496) | (519) | (519) | (2.248) | (2.346) |
| Total | | | | | | 17.946 | 349.595 |

(*) Em decorrência do Patrimônio Líquido da Brasifactors S.A. apresentar saldo devedor, o montante equivalente a participação do Banco está registrado em Outras obrigações.

a) Dividendos

Em 10 de junho de 2021 o Banco recebeu das subsidiárias CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. e CCB Brasil Distribuidora e Valores Mobiliários os montantes de R\$ 923 e R\$ 56, respectivamente, em forma de dividendos referente ao exercício de 2020.

Em dezembro de 2021 foram propostos dividendos mínimos nos valores de R\$ 1.289 e R\$ 73 referente ao exercício de 2021 pelas subsidiárias CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. e CCB Brasil Distribuidora e Valores Mobiliários, respectivamente, a serem recebidos em 2022, registrados no grupo de "Outros Ativos" (nota 15).

b) Juros sobre capital próprio

Em 10 de junho de 2021 o Banco recebeu de sua subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. o montante de R\$ 8.500 a título de juros sobre o capital próprio.

14. Ativos e obrigações fiscais

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

| | BANCO | | CONSOLIDADO | | | | |
|--|----------------|----------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | Variação PL | Realizações | Adições | Baixas | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Provisão para perda esperada ao risco de crédito | 276.145 | - | (17.117) | 15.279 | - | 274.307 | 285.242 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 12.075 | - | (8.065) | - | - | 4.010 | 4.680 |
| Provisão para contingências e outras | 239.609 | (1.403) | (8.775) | - | (21.309) | 208.122 | 228.828 |
| Subtotal - Crédito Tributário IRPJ | 527.829 | (1.403) | (33.957) | 15.279 | (21.309) | 486.439 | 518.750 |
| Contribuição Social | | | | | | | |
| Provisão para perda esperada ao risco de crédito | 220.916 | - | (13.693) | 12.221 | - | 219.444 | 226.035 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 9.660 | - | (6.452) | - | - | 3.208 | 3.610 |
| Provisão para contingências e outras | 191.687 | (1.122) | (6.778) | - | (17.048) | 166.739 | 183.292 |
| Subtotal - Crédito Tributário CSLL | 422.263 | (1.122) | (26.923) | 12.221 | (17.048) | 389.391 | 412.937 |
| Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL | 950.092 | (2.525) | (60.880) | 27.500 | (38.357) | 875.830 | 931.687 |

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

| Ano Projetado | BANCO | | | | | | | | | | |
|--------------------|---------|--------|---------|---------|--------|--------|------|------|------|---------|---------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | Total |
| Valor Projetado | 139.915 | 74.644 | 123.538 | 129.967 | 28.264 | 80.614 | 321 | 321 | 321 | 297.925 | 875.830 |
| Valor Presente (*) | 128.068 | 62.540 | 94.741 | 91.232 | 18.160 | 47.411 | 173 | 158 | 145 | 122.997 | 565.625 |
| % Realização | 16,0% | 8,5% | 14,1% | 14,8% | 3,2% | 9,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 34,2% | 100% |

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

| Ano Projetado | BANCO | | | | | | | | | | |
|--------------------|---------|--------|--------|--------|---------|--------|-------|------|------|---------|---------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | Total |
| Valor Projetado | 145.825 | 65.219 | 91.178 | 75.415 | 192.046 | 34.723 | 3.741 | 362 | 362 | 341.221 | 950.092 |
| Valor Presente (*) | 142.966 | 62.687 | 85.919 | 69.671 | 173.942 | 30.833 | 3.257 | 309 | 303 | 279.920 | 849.807 |
| % Realização | 15,3% | 6,9% | 9,6% | 7,9% | 20,2% | 3,7% | 0,4% | 0,0% | 0,0% | 36,0% | 100% |

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

| Ano Projetado | CONSOLIDADO | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------------|--------|---------|---------|--------|--------|------|------|------|---------|---------|
| | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | Total |
| Valor Projetado | 148.792 | 91.614 | 137.301 | 132.128 | 30.831 | 80.643 | 350 | 350 | 350 | 309.328 | 931.687 |
| Valor Presente (*) | 136.194 | 76.757 | 105.295 | 92.749 | 19.810 | 47.428 | 188 | 172 | 158 | 127.704 | 606.455 |
| % Realização | 16,0% | 9,8% | 14,7% | 14,2% | 3,3% | 8,7% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 33,3% | 100% |

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

| Ano Projetado | CONSOLIDADO | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------------|--------|---------|--------|---------|--------|-------|------|------|---------|---------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | Total |
| Valor Projetado | 157.028 | 76.969 | 101.850 | 76.937 | 194.416 | 35.369 | 3.771 | 392 | 392 | 352.516 | 999.640 |
| Valor Presente (*) | 153.949 | 73.980 | 95.976 | 71.078 | 176.089 | 31.407 | 3.283 | 335 | 328 | 289.185 | 895.610 |
| % Realização | 15,7% | 7,7% | 10,2% | 7,7% | 19,5% | 3,5% | 0,4% | 0,0% | 0,0% | 35,3% | 100% |

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Além da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Resolução CMN nº 4.842/20, estabeleça que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais dos anos de 2017, 2018 e 2021.

A Administração do Banco apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução BACEN 15/20, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, tendo sido autorizada a manutenção dos créditos tributários no montante de R\$ 875.830 em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui créditos tributários não atuados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.027.883 (Dezembro/20 - R\$ 1.084.845), R\$ 1.053.855 no Consolidado (Dezembro/20 - R\$ 1.110.817), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 181.933 (R\$ 123.799 em 2020) no Banco e Consolidado, para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.848/20 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração do prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o ano de 2021 o Banco recuperou R\$ 912 (Dezembro/20 - R\$ 318), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 411 (Dezembro/20 - R\$ 143), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundas de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
|---|-----------------------|---------------|----------------|
| Crédito Presumido Constituído | 380.662 | 380.662 | |
| Passivo Fiscal Diferido | (82.693) | (82.282) | |
| c) Passivo fiscal diferido | | | |
| | BANCO | CONSOLIDADO | |
| 31/12/2020 | Variação no Resultado | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Imposto de Renda | | | |
| Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921) | 78.590 | 1.198 | 79.788 |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | 20.878 | 833 | 21.711 |
| Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos | 2.133 | 16.258 | 18.391 |
| Superveniência de Depreciação | - | - | 6.528 |
| Subtotal Imposto de Renda | 101.601 | 18.289 | 119.890 |
| Contribuição Social | | | |
| Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921) | 62.872 | 958 | 63.830 |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | 16.703 | 666 | 17.369 |
| Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos | 1.707 | 13.006 | 14.713 |
| Subtotal Contribuição Social | 81.282 | 14.630 | 95.912 |
| Total impostos diferidos | 182.883 | 32.919 | 215.802 |
| Crédito presumido IR - Lei nº 12.838/13 | 45.712 | 228 | 45.940 |
| Crédito presumido CS - Lei nº 12.838/13 | 36.570 | 183 | 36.753 |
| Total | 265.165 | 33.330 | 298.495 |

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | IR | CS | IR | CS |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 162.744 | 162.744 | 62.771 | 62.771 |
| Base de cálculo | 162.744 | 162.744 | 62.771 | 62.771 |
| Adições temporárias | 134.313 | 134.313 | 268.245 | 268.245 |
| Adições permanentes | 491.264 | 491.264 | 495.806 | 495.806 |
| Exclusões | (806.193) | (806.193) | (843.118) | (835.929) |
| Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL | (17.872) | (17.872) | (16.296) | (9.107) |
| (+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas | - | - | 635 | 635 |
| (-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL | - | - | 1.185 | 3.283 |
| Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL | (17.872) | (17.872) | (14.476) | (5.189) |
| Encargos às alíquotas de 15% e 20% para IR e CSLL | - | - | 479 | 1.487 |
| Adicional de 10% de IR | - | - | 245 | - |
| Impostos correntes | - | - | 724 | 1.487 |
| Conciliação do resultado | | | | |
| Impostos correntes | - | - | 724 | 1.487 |
| Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo) | 18.517 | 14.813 | 1.493 | (212) |
| (=) Provisão IR e CSLL | 18.517 | 14.813 | 2.217 | 1.275 |
| Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias) | (15.279) | (12.221) | (28.101) | (24.852) |
| Baixa de crédito tributário | 21.309 | 17.048 | 21.309 | 17.048 |
| Realização do crédito tributário | 33.957 | 26.223 | 45.743 | 34.281 |
| (=) Efeito líquido do crédito tributário | 39.987 | 31.750 | 38.951 | 26.477 |
| Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social | 58.504 | 46.563 | 41.168 | 27.752 |

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | IR | CS | IR | CS |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 239.165 | 239.165 | (210.254) | (210.254) |
| Base de cálculo | 239.165 | 239.165 | (210.254) | (210.254) |
| Adições temporárias | 826.195 | 826.195 | 919.807 | 919.803 |
| Adições permanentes | 567.440 | 567.440 | 567.473 | 567.473 |
| Exclusões | (1.138.373) | (1.138.373) | (1.242.739) | (1.235.747) |
| Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL | 16.097 | 16.097 | 34.087 | 41.275 |
| (+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas | - | - | 7.852 | 1.631 |
| (-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL | (4.829) | (4.829) | (12.582) | (12.872) |
| Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL | 11.268 | 11.268 | 29.357 | 30.034 |
| Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL | 1.690 | 2.254 | 4.404 | 5.075 |
| Adicional de 10% de IR | 1.103 | - | 2.872 | - |
| Impostos correntes | 2.793 | 2.254 | 7.276 | 5.075 |
| Conciliação do resultado | | | | |
| Impostos correntes - ano 2019 | 2.793 | 2.254 | 7.276 | 5.075 |
| Impostos correntes - ano 2020 | 1.157 | (316) | 1.157 | (316) |
| Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo) | (32.322) | (25.857) | (37.308) | (31.289) |
| (=) Provisão IR e CSLL | (28.372) | (23.919) | (28.875) | (26.530) |
| Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias) | (164.276) | (131.419) | (175.992) | (138.478) |
| Constituição de crédito tributário (s/Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL) | - | - | (1.590) | (8.230) |
| Baixa de créditos tributários Resol. nº 3.059/02 | 200.653 | 167.556 | 216.941 | 177.240 |
| Realização do crédito tributário | 111.728 | 89.381 | 142.280 | 104.858 |
| (=) Efeito líquido do crédito tributário | 148.105 | 125.518 | 185.639 | 135.390 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.220 no Banco (Dezembro/20 - R\$ 4.198) e R\$ 4.220 no Consolidado (Dezembro/20 - R\$ 4.918); pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas
No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 20.632 (Dezembro/20 - R\$ 24.017) no Banco e de R\$ 24.359 (Dezembro/20 - R\$ 27.705) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos civis
O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 362.484 (Dezembro/20 - R\$ 232.996) no Banco e R\$ 421.596 (Dezembro/20 - R\$ 272.098) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declarações, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

23. Avas e fianças

| Descrição | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Valores Garantidos | Provisões | Valores Garantidos | Provisões |
| Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal | 736.013 | 25.501 | 747.482 | 24.699 |
| Fianças pagamentos | 420.857 | 328 | 435.323 | 339 |
| Fianças performance | 87.163 | 104 | 28.188 | 98 |
| Fianças bancárias | 39.383 | - | 42.400 | - |
| Outras fianças | 8.728 | - | 12.116 | - |
| Total | 1.292.144 | 25.933 | 1.265.509 | 25.136 |
| Não circulante | 1.292.144 | 25.933 | 1.265.509 | 25.136 |
| Total | 1.292.144 | 25.933 | 1.265.509 | 25.136 |

24. Outras obrigações

| Descrição | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Crédores diversos - país | 32.846 | 41.985 | 38.341 | 44.785 |
| Relações interdependências | 26.960 | 29.674 | 26.960 | 29.674 |
| Sociais e estatutárias | 8.444 | 14.306 | 9.575 | 15.204 |
| Resultados de exercícios futuros | 13.592 | 13.622 | 13.592 | 13.622 |
| Outras obrigações | 16 | 6 | 16 | - |
| Total | 81.858 | 99.593 | 88.484 | 103.285 |
| Circulante | 68.266 | 85.971 | 74.892 | 89.663 |
| Não Circulante | 13.592 | 13.622 | 13.592 | 13.622 |
| Total | 81.858 | 99.593 | 88.484 | 103.285 |

25. Patrimônio líquido

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

| Acionista | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Ordinárias | Preferenciais |
| CCB Brasil | - | - | - | - |
| Financial Holding | - | - | - | - |
| Investimentos | 297.223.908 | 168.407.558 | 465.631.466 | 297.223.908 |
| Total de ações | 297.223.908 | 168.407.558 | 465.631.466 | 297.223.908 |
| Total em Reais | 1.887.438 | 1.069.426 | 2.956.864 | 1.887.438 |

a) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/20 - 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/20 - R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

26. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado. Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

| | Ativos/passivos | | Receitas/(despesas) | |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|-----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Disponibilidades em moedas estrangeiras | 4.924 | 30.418 | - | - |
| China Construction Bank Corporation (d) | 4.924 | 30.418 | - | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI | 155.810 | 375.856 | 10.304 | 29.121 |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | 155.810 | 375.856 | 10.304 | 29.121 |
| Cotas de fundo de investimentos | 91.583 | 83.674 | 4.409 | 2.586 |
| FIDC Brasil Promotora de vendas (b) | 91.583 | 83.674 | 4.409 | 2.586 |
| Prestação de serviços | 20 | 20 | 240 | 164 |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | 20 | 20 | 240 | 164 |
| Valores a receber sociedade ligadas | 39 | 44 | - | - |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | 39 | 44 | - | - |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | - | - | - | - |
| Outras obrigações - Rendas a Receber | 1.362 | 9.479 | - | - |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | 1.289 | 9.423 | - | - |
| CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) | 73 | 56 | - | - |
| Depósitos à vista | (2.773) | (2.186) | - | - |
| CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) | (102) | (42) | - | - |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | (55) | (82) | - | - |
| CCB Brasil Informática S.A. (a) | (1) | (2) | - | - |
| CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a) | (16) | (182) | - | - |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | (746) | (1.464) | - | - |
| CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b) | (1) | (1) | - | - |
| Brasifactors S.A. (f) | (1) | (1) | - | - |
| CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e) | (202) | (107) | - | - |
| Pessoal-chave da Administração (c) | (1.649) | (305) | - | - |
| Depósitos interfinanceiros | (220.912) | (213.625) | (8.062) | (3.293) |
| CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) | (21.388) | (21.246) | (917) | (566) |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | (199.524) | (192.379) | (7.145) | (2.727) |
| Depósitos a prazo | (112.113) | (93.947) | (3.463) | (5.023) |
| CCB Brasil Informática S.A. (a) | (750) | (738) | (31) | (22) |
| CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a) | (417) | (1.684) | (49) | (75) |
| CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b) | (1.678) | (1.647) | (72) | (45) |
| Brasifactors S.A. (f) | (609) | (4.543) | (52) | (64) |
| FIDC Brasil Promotora de vendas (b) | (30.875) | (8.180) | (598) | (807) |
| CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e) | (77.761) | (77.011) | (2.649) | (4.002) |
| Pessoal-chave da Administração (c) | (23) | (144) | (12) | (8) |
| Operações compromissadas | (27.190) | (34.644) | (1.539) | (778) |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a) | (18.346) | (29.542) | (1.033) | (313) |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | (6.702) | (3.050) | (413) | (361) |
| CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a) | (2.142) | (2.052) | (93) | (104) |
| LCA | (11.371) | (7.007) | (414) | (138) |
| Pessoal-chave da Administração (c) | (11.371) | (7.007) | (414) | (138) |
| LCI | - | - | - | (21) |
| Pessoal-chave da Administração (c) | - | - | - | (21) |
| NDF | 996 | 1.851 | 206 | 3.830 |
| Brasifactors S.A. (f) | 996 | 1.851 | 206 | 3.830 |
| Obrigações por empréstimos | (3.631.076) | (3.592.447) | (335.578) | (98.625) |
| China Construction Bank Corporation (d) | (3.631.076) | (3.592.447) | (335.578) | (98.625) |
| Obrigações por vendas de ativos financeiros - Resolução nº 3.533/08 | (26.494) | (53.657) | (8.165) | (16.670) |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | (26.494) | (53.657) | (8.165) | (16.670) |
| Valores a pagar sociedade ligadas | - | (6) | - | - |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | - | (6) | - | - |
| Repasse cessão de crédito | (101) | (122) | - | - |
| CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a) | (101) | (122) | - | - |

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
 - (b) Controladas e Coligadas - indireta
 - (c) Pessoal-chave da Administração
 - (d) Controlador indireto sediado no exterior
 - (e) Controladora direta
 - (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)
- a.1) Dos vencimentos e taxas das operações**
As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 100% (Dezembro/20 - não houve aplicações pós-fixadas) e não houve aplicações interfinanceiras de liquidez pré-fixadas em Dezembro/21 (Dezembro/20 - taxa média pré-fixada 4,66% a.a.); as operações compromissadas pré-fixadas foram realizadas às taxas médias de 9,15% a.a. (Dezembro/20 - 1,90% a.a.) e possuem vencimento em 03 de janeiro de 2022 (Dezembro/20 - 04 de janeiro de 2021), com lastro de até 01 ano (Dezembro/20 - até 01 ano), as pós-fixadas são valorizadas a taxa média 100% do CDI (Dezembro/20 - 100%) e possuem vencimento em 03 de janeiro de 2022 até 24 de abril de 2023 (Dezembro/20 - 30 de agosto de 2022) com lastro de até 01 ano (Dezembro/20 - até 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 100,43% do CDI (Dezembro/20 - 101,60%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 - até 02 anos) e a LCA pré-fixadas às taxas médias de 7,71% a.a. (Dezembro/20 - 6,79% a.a.). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 103,65% do CDI (Dezembro/20 - 96,06%) e possuem vencimento final em até 01 ano - (Dezembro/20 - em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 97,02% do CDI (Dezembro/20 - 82,90% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 - em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 5,74% a.a. (Dezembro/20 - 1,76% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 6 anos (Dezembro/20 - em até 06 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8.1.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidação

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10. Durante os exercícios de 2021 e 2020, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face o saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

| | BANCO | | CONSOLIDADO | |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Remuneração fixa | 20.517 | 13.514 | 20.644 | 13.633 |
| Outros (*) | 662 | 1.047 | 662 | 1.047 |
| Total | 21.179 | 14.561 | 21.306 | 14.680 |

(*) Refere-se substancialmente a benefícios com alimentação/refeição - R\$ 77 (Dezembro/20 - R\$ 86) e assistência médica e odontológica - R\$ 585 (Dezembro/20 - R\$ 961).

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

27. Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Operações de crédito | 620.509 | 777.088 | 1.840.587 | 597.879 | 716.215 | 1.915.197 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 36.430 | 54.968 | 20.643 | 39.308 | 61.812 | 34.942 |
| Quitação de recebíveis | 5.009 | 11.496 | 13.856 | 5.009 | 11.496 | 13.856 |
| Renda de títulos de créditos e por venda de bens | 1.167 | 2.586 | 3.394 | 1.167 | 2.586 | 3.394 |
| Operações de arrendamento mercantil | - | - | - | 3.432 | 5.729 | 5.791 |
| Total | 663.115 | 846.138 | 1.878.480 | 646.795 | 797.838 | 1.973.180 |

O Banco possui operações de crédito indexadas em moeda estrangeira, cujo valor registrado no exercício de 2021 foi impactado pela variação cambial do período no montante de R\$ 183.403 (Dezembro/20 - R\$ 1.240.849).

28. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Rendas de aplicações compromissadas | 96.818 | 145.127 | 101.766 | 96.818 | 145.127 | 101.766 |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 52.431 | 71.733 | 50.982 | 46.576 | 61.445 | 21.867 |
| Resultado de títulos renda fixa | 27.680 | 37.250 | 28.698 | 27.406 | 36.961 | 28.918 |
| Rendas de aplicações no exterior | 7.447 | 7.669 | 68.019 | 7.447 | 7.669 | 68.019 |
| Outras operações com TVM | 3.175 | 4.449 | (2.342) | 3.175 | 4.450 | (2.342) |
| Total | 187.551 | 266.228 | 247.123 | 181.422 | 255.652 | 218.228 |

29. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|------------------------|------------------|------------|------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Mercado Futuro - Dólar | - | - | - | 165.569 | 114.006 | (6.985) |
| Termo de moedas | - | - | - | 33.633 | 19.001 | 55.942 |
| Mercado Futuro - DI | - | - | - | 24.256 | 49.695 | (59.201) |
| Swap | - | - | - | (7.923) | (17.169) | 362.517 |
| Total | - | - | - | 215.533 | 165.533 | 352.273 |

30. Resultado de câmbio

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|------------|------------|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Disponibilidades em moedas estrangeiras | 59.522 | 48.876 | 108.160 | - | - | - |
| Operações de câmbio | 21.142 | 40.268 | 75.322 | - | - | - |
| Variações cambiais | 103.758 | 60.675 | 356.961 | - | - | - |
| Total | 184.422 | 149.819 | 540.443 | - | - | - |

31. Outras despesas de intermediação financeira

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|---|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------|--------------|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Resultado em operações de cessão de crédito com coobrigação | (3.438) | (8.165) | (16.670) | - | - | - |
| Outros | 10 | 510 | 2.934 | 10 | 510 | 2.933 |
| Total | (3.428) | (7.655) | (13.736) | 10 | 510 | 2.933 |

32. Obrigações por empréstimos e repasses

| | BANCO | | | CONSOLIDADO | | |
|--|------------------|------------|------------|-------------|--|--|
| | 2º semestre 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2º | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (Economic Value of Equity) e Delta *NI* (Net Interest Income) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na *Circular 3.876/18* e na *Resolução BCB 54/20*. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise. Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contraria a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III. O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS ("Risk Appetite Statement"), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais "NDPGE", dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão

gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de avançar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen

| | Válido em 31/12/2021 | Válido em 31/12/2020 |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Índice de Capital Principal | 6,5% | 5,75% |
| Índice de Capital de Nível 1 | 8,0% | 7,25% |
| Índice de Basileia (PR total) | 10,0% | 9,25% |

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela apresentada a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e atendem tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2021 - cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2022.

| Em R\$ Mil | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Capital Nível 1 | 2.051.929 | 1.422.085 |
| -Capital Principal | 1.103.244 | 1.058.316 |
| -Perpetual Bonds | 948.685 | 363.769 |
| Capital Nível 2 | - | 423.302 |
| Patrimônio de Referência | 2.051.929 | 1.845.387 |
| -RWAcpad | 10.965.365 | 10.453.127 |
| -RWAMPad | 415.104 | 152.154 |
| -RWAOPad | 1.405.146 | 1.447.455 |
| Total RWA | 12.785.615 | 12.052.736 |
| -IRRBB | 65.111 | 184.713 |

Índices

| | | |
|---------------------|--------|--------|
| Capital Principal | 8,63% | 8,78% |
| Nível 1 | 16,05% | 11,80% |
| Índice de Basileia | 16,05% | 15,31% |
| IB para RWA + IRRBB | 15,09% | 12,85% |

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/13 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB),

tratando-o porém como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/13). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais - R\$ na declaração de apetite a Riscos. A revisão da metodologia de cálculo, conjugada com a redução da carteira de crédito de longo prazo, reduziu o consumo de capital neste item, de dezembro 2020 para dezembro 2021, como observado acima.

42. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, no ano de 2020, no Banco foi registrado R\$ 89.870 referente a reembolso de juros pagos indevidamente decorrente de dívida perpétua e no Consolidado, foi registrado mais o montante de R\$ 25.972 originado na baixa de crédito tributário registrado na subsidiária CCB Financeira em decorrência de não haver expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos 10 anos, suficientes para absorção deste crédito totalizando R\$ 63.898. No ano de 2021, não houve registro de resultados não recorrentes no Banco e no Consolidado.

43. Outras informações

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

Em 2020, o CCB Brasil era devedor por empréstimos obtidos junto à Parproco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exigia manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que continham cláusulas restritivas ("covenants"), foram classificadas no circulante, por motivo de desequilíbrio de indicadores naquele ano.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

BANCO E CONSOLIDADO

| | Requerido |
|---|-----------|
| Capitalização (Basileia) | ≥ 11% |
| Soma dos 20 maiores riscos sobre PR | ≤ 300% |
| Concentração de risco por segmento de mercado | ≤ 25% |
| Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PP" | ≤ 25% |
| Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional | ≤ 85% |
| Gap de liquidez de 90 dias em R\$ | ≥ 0 |

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a valores, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
|---------------------------|--|
| Presidente: | Xilai Feng |
| Membros do Conselho: | Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira |

| DIRETORIA | |
|---------------------------|---|
| Diretor Presidente | Liping Shang |
| Diretores Vice-Presidente | Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu |
| Diretores: | Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo |

Contador - Fábio José Mazzetto Said - CRC 1SP264988/O-8

| COMITÊ DE AUDITORIA | |
|----------------------------------|--|
| Presidente e membro qualificado: | Heraldo Gilberto de Oliveira |
| Membros do Comitê: | Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid |

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Semestre e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento às normas do Banco Central do Brasil e ao estatuto da instituição.

O Comitê analisou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2021, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. Com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas

conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 30 de março de 2022

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

China Construction Bank (Brasil)

Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria



Provisão para perda esperada ao risco de crédito (Notas 3(f), 8 e 11) - Banco e Consolidado

A determinação do valor da provisão para perda esperada ao risco de crédito é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do BACEN.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil que continua a ser definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à concessão de crédito e a respectiva análise e aprovação do risco do devedor.

Analisamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como (i) recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações; e (ii) validamos a totalidade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para o recálculo da provisão.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, para a determinação e registro contábil da provisão para perda esperada ao risco de crédito, são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Créditos tributários (Notas 3(j) e 14(a)) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação continua a ser considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora - CRC 1SP221490/O-0